

№26

Demonstrações Financeiras Individuais

31 de dezembro

2021

Diretor Presidente*

EDUARDO DEL GUERRA PROTA

Diretor

FÁBIO MUÑOZ IBARRA

Contador

REINALDO DANTAS

CRC - 1SP110330/O-6

*Diretor responsável pela contabilidade**

N26 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Índice

4

Relatório da Administração

6

Relatório dos Auditores

9

Balanço Patrimonial

11

Demonstração do Resultado

12

Demonstração do Resultado Abrangente

13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

14

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório da administração

Aqui você vê as demonstrações contábeis da N26 Sociedade de Crédito Direto S.A. (N26 Brasil, como você conhece) de forma transparente. Os dados são referentes ao segundo semestre de 2021, finalizado em 31 de dezembro.

A N26

Nascemos em 2013, em Berlim, com a missão de criar um banco que 100 milhões de pessoas amassem - numa época em que todo mundo tinha ranço de banco. Estamos chegando lá, graças a um tanto de tecnologia, outro de criatividade e mais de 1.500 funcionários de quase 80 nacionalidades diferentes espalhados por nossos escritórios em Berlim, Barcelona, Madri, Milão, Paris, Viena, Nova York e São Paulo.

Em 28 de dezembro de 2020, nossa licença como N26 Sociedade de Crédito Direto S.A. foi aprovada pelo Banco Central do Brasil e começamos a construir o que é, hoje, a primeira fintech do país. Nosso propósito é promover saúde financeira e estamos fazendo isso com uma nova forma de lidar com dinheiro no dia a dia. E tudo isso pensado para e no Brasil, já que somos a primeira operação independente da história da N26, com um time completamente local.

Contexto Operacional

2021 foi um ano de bastante trabalho.

Criamos nossa conta digital "do zero" com serviços bancários como pagamento de boletos, cartão físico e virtual na função débito e saques. Também já lançamos nossos queridos Spaces. Eles são literalmente espaços separados na conta para organizar e guardar dinheiro.

Tudo isso foi criado em 2021 preparando o app para os Insiders: duas mil pessoas selecionadas no fim do ano para nos ajudar a construir a versão final do aplicativo.

O atendimento a esses usuários também foi implementado e é feito por uma estrutura digital e com time integrado em todos os canais. Do app às redes sociais. Facilitando o dia a dia.

Falando em time: ele cresceu. Chegamos a 56 pessoas espalhadas por todo o Brasil até o fim de 2021. Já tivemos nosso primeiro encontro presencial, melhoramos os benefícios dos Ns (é como a gente se chama por aqui), investimos em cursos de inglês e espanhol para o time e a cada dia vemos essa estrutura crescendo, fortalecendo nossa cultura e trabalhando para continuar com a agilidade de startup.

As políticas e processos também evoluíram. Criamos controles para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores - um processo bastante importante para uma operação segura - e construímos uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos e de Capital alinhada com as melhores práticas do mercado e com a legislação vigente.

Em 31 de dezembro de 2021, nossos limites operacionais apresentaram níveis adequados e suficientes, compatíveis com a natureza e complexidade das operações, produtos, serviços e atividades realizadas.

Em 2022 tem mais com o nosso lançamento oficial para o público.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes realizou unicamente o serviço de auditoria externa para as demonstrações financeiras da N26 do semestre que terminou em 31 de dezembro de 2021.

Considerações finais

Agradecemos aos acionistas, parceiros e Insiders pela confiança e apoio, além de todos e todas as Ns, que contribuíram para alcançarmos os objetivos e metas da N26.

A DIRETORIA



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
N26 Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da N26 Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pela ausência de apresentação de cifras comparativas, mencionado no item 1 da seção "base para opinião com ressalva" e dos efeitos do assunto descrito no item 2, da mesma seção "base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da N26 Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião com ressalva

Não apresentação de cifras comparativas

Conforme mencionado na nota 1, as demonstrações financeiras não incluem as cifras comparativas do exercício anterior, como requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva", a Companhia não divulgou as cifras comparativas do exercício anterior nas demonstrações financeiras. Concluimos que as outras informações apresentam distorção relevante, pela mesma razão mencionada na seção "Base para opinião com ressalva".

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

N26 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 40.867.163/0001-90

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021

Valores em milhares de reais

A T I V O	NE	31/12/2021
CIRCULANTE		4.021
DISPONIBILIDADES		601
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3	3.332
Títulos e valores mobiliários		3.332
OUTROS ATIVOS	4	88
Outros créditos - Diversos		34
Despesas antecipadas		54
NÃO CIRCULANTE		1.861
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3	-
Títulos e valores mobiliários		-
INTANGÍVEL	5	1.861
Ativos Intangíveis		1.975
(Amortização acumulada)		(114)
TOTAL DO ATIVO		5.882

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

N26 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 40.867.163/0001-90

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021

Valores em milhares de reais

PASSIVO	NE	31/12/2021
CIRCULANTE		1.158
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		11
Depósitos		11
OUTROS PASSIVOS	6	1.147
Fiscais e previdenciárias		523
Diversas		624
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.724
Capital:	7.a	11.869
De Domiciliados no exterior		11.869
(Prejuízos acumulados)		(7.145)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.882

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

N26 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 40.867.163/0001-90

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021

Valores em milhares de reais

	NE	2º-SEM-2021	31/12/2021
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		118	195
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3	118	195
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		118	195
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(7.242)	(7.340)
Despesas de pessoal	8	(4.283)	(4.283)
Outras despesas administrativas	9	(2.911)	(2.994)
Despesas tributárias	10	(46)	(61)
Outras despesas operacionais		(2)	(2)
RESULTADO OPERACIONAL		(7.124)	(7.145)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(7.124)	(7.145)
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(7.124)	(7.145)
Nº de ações		11.868.524	11.868.524
Lucro/(Prejuízo) por mil ações.....R\$		(600,23)	(602,01)
Prejuízo por ação - média ponderada.....R\$		(308,48)	(290,98)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

N26 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
 CNPJ(ME) 40.867.163/0001-90

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021

Valores em milhares de reais

	2º-SEM-2021	31/12/2021
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(7.124)	(7.145)
RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(7.124)	(7.145)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
 Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

N26 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 40.867.163/0001-90

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021

Valores em milhares de reais

Semestre de 01/07/2021 a 31/12/2021

	NE	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADO	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/2021		2.008	(21)	1.987
Integralização / Aumento de capital	6.a	9.861	-	9.861
Prejuízo do semestre		-	(7.124)	(7.124)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/2021		11.869	(7.145)	4.724
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:		9.861	(7.124)	2.737

Exercício de 01/01/21 a 31/12/21

		CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADO	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/2021		-	-	-
Integralização / Aumento de capital	6.a	11.869	-	11.869
Prejuízo do exercício			(7.145)	(7.145)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021		11.869	(7.145)	4.724
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:		11.869	(7.145)	4.724

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

N26 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 40.867.163/0001-90

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021

Valores em milhares de reais

	2º-SEM-2021	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre/exercício	(7.124)	(7.145)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	114	114
	(7.010)	(7.031)
Variação de Ativos e Obrigações		
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(1.338)	(3.332)
(Aumento) redução de outros ativos	(70)	(70)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	11	11
Aumento (redução) em outros passivos	1.129	1.147
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11)	(18)
	(7.289)	(9.293)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição) Alienação em intangível	(1.975)	(1.975)
	(1.975)	(1.975)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento pela integralização de capital	9.861	11.869
	9.861	11.869
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
	597	601
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	601	601

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A N26 Sociedade de Crédito Direto S.A (“Sociedade”) fundada em 05 de agosto de 2019, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 28 de dezembro de 2020 e registrada na Receita Federal do Brasil em 16 de fevereiro de 2021.

Tem por objeto social a prática de: (i) empréstimos, de financiamentos e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham a origem única de seu capital próprio; (ii) prestar serviços de análise e cobrança de créditos, bem como atuar como representante na distribuição de seguros relacionados às operações mencionadas no item (i) acima; (iii) a emissão de moeda eletrônica e gestão de conta/ de pagamento pré-pago. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.656/18.

Em 28 de dezembro de 2020 o Banco Central do Brasil autorizou o funcionamento da N26 Sociedade de Crédito Direto S.A. Contudo, a data efetiva de constituição da Companhia, de acordo com a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), tem como data de início da atividade o dia 16 de fevereiro de 2021. Devido a impossibilidade de efetuarmos os registros contábeis com data anterior à data do início da atividade, os eventos contábeis só puderam ser registrados a partir da data do dia 16 de fevereiro de 2021.

2. Apresentação das demonstrações e resumo das práticas contábeis

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 31 de março de 2022.

b. Descrição das práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis nas circunstâncias, a lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e as normas e instruções do BACEN. São apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento.

A Sociedade, na elaboração de suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

	Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	<i>Framework</i>	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.534/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.877/20
CPC 41	Resultado por Ação	06/08/10	IAS 33	3.959/19
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	07/12/12	IAS 13	4.748/19

Não foram adotadas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ainda não recepcionadas pelo Banco Central do Brasil (BCB). Os efeitos dos pronunciamentos CPC 10 – Pagamento baseado em ações não foram aplicados nestas demonstrações financeiras, por não existirem transações relacionadas a essas práticas contábeis.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

- Resolução CMN nº 4.817/2019 - incorpora conceitos do CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2022, aprova a adoção dos seguintes pronunciamentos, que não haviam sido recepcionados:
 - CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para Relatório Financeiro;
 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; e
 - CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

A referida resolução, em conjunto com a Resolução BCB nº 120/2021, também prevê na conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, a opção de utilização pela instituição financeira de taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Bacen (PTAX). Tal opção é condicionada, dentre diversas condições normativas a:

- (i) ter a finalidade de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em virtude da mensuração de itens patrimoniais ou de resultado em bases diferentes; ou oferecer informação mais confiável e relevante para o usuário da informação contábil;
 - (ii) ser divulgada por entidade responsável por sistema administrado por bolsas de valores, bolsas de mercadorias e de futuros, ou por entidades de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;
 - (iii) ser aplicada uniformemente para todos os itens patrimoniais e de resultado e de forma consistente ao longo do tempo;
 - (iv) ser definida pela instituição até o primeiro dia útil do exercício social no qual passará a ser utilizada, sem possibilidade de alteração durante o respectivo exercício social.
- Resolução CMN nº 4.966/2021 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução estabelece a obrigação de remessa de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma, até 30 de junho de 2022.

A referida norma também estabelece a faculdade das instituições financeiras elaborarem e divulgarem Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as normas e instruções do Bacen e apresentados em conformidade com o COSIF até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ou seja, até a entrada em vigor das novas políticas contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros.

- Resolução CMN nº 4.975/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, aprova a adoção do CPC 06 (R2) que dispõe sobre o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituição financeira, seja na condição de arrendadora, quanto na de arrendatária.

b.1 Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações financeiras.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b.4 Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii) e não possuía instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

b.5 Depósitos

Os depósitos correspondem aos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas decorrentes dos depósitos realizados por clientes na Conta da N26, que não se confundem com os da Instituição.

b.6 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes só devem ser registrados quando líquidos e certos e os passivos contingentes quando for provável uma estimativa de perdas. Não há no momento ativos e passivos contingentes em qualquer situação envolvendo a Sociedade.

b.7 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto.

b.8 Ativo e Passivo circulante

Ativos circulantes - são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes - são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

b.9 Intangível

São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada e segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária à taxa de 20% a.a.

b.10 Resultado recorrente e não recorrente

A Empresa considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Empresa. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que no semestre e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não houve resultados não recorrentes.

b.11 Impostos de renda, contribuição social, pis e cofins

i) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii) Pis e Cofins

As despesas com Pis e Cofins são calculados sobre as receitas, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente para as receitas de faturamento e outras receitas operacionais; e, de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas financeiras.

3. Instrumentos financeiros

a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 os títulos e valores mobiliários estão classificados como “Títulos para Negociação”, conforme abaixo:

	Vencimento	31/12/2021	
		Valor do custo	Valor de mercado
Circulante			
Carteira própria			
Letras Financeiras do Tesouro ⁽¹⁾	01/03/2022	247	247
Vinculados a prestação de garantias		1.008	1.008
Letras Financeiras do Tesouro ⁽¹⁾	01/09/2022	763	763
Certificado de Depósito Bancário ⁽²⁾	03/08/2022	245	245
Não circulante			
Carteira própria			
Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2023	2.077	2.077
Total		3.332	3.332

(1) Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

(2) As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), em 31 de dezembro de 2021, são posfixadas indexadas à taxa dos Depósitos Interbancários (DI).

No segundo semestre de 2021 foram reconhecidas rendas de títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 118 e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 195.

b) Instrumentos financeiros derivativos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos.

4. Outros Ativos

	31/12/2021
Outros créditos - Diversos	34
Impostos e contribuições a compensar	18
Devedores diversos - País	16
Despesas antecipadas	54
Vale Refeição/Alimentação	54
Total	88

5. Intangível

	Taxa de amortização	Custo	31/12/2021		31/12/2020
			Amortização	Líquido	Líquido
Sistema e processamento de dados	20%	1.975	(114)	1.861	-
		1.975	(114)	1.861	-

Movimentação do Intangível

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Aplicativo Mobile conta digital	-	1.975	-	-	1.975
	-	1.975	-	-	1.975

6. Outros Passivos

	31/12/2021
Fiscais e Previdenciárias	
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	37
Previdência social	223
FGTS	69
IRRF a recolher	192
COFINS/PIS/ISS	2
Total	523

	31/12/2021
Diversas	
INSS s/13° salário e férias	123
FGTS s/13° salário e férias	36
Férias	444
Outras despesas administrativas	10
Credores diversos país (a)	11
Total	624

(a) Em 31 de dezembro de 2021 está representada por saldo com acionista N26 GMBH no montante de R\$ 9, referente a devolução das despesas incorridas pela acionista na realização da integralização e aumento do capital.

7. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social de R\$ 11.869, está representado por 11.868.524 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social era dividido da seguinte forma:

	Quantidade de ações	Capital social em Reais
N26 Gmbh. (Alemanha)	11.867.334	11.867.334,00
N26 Operations Gmbh. (Alemanha)	1.190	1.190,00
Total	11.868.524	11.868.524,00

Em 19 de novembro de 2020 foi realizado novo depósito junto ao Banco Central do Brasil no valor de R\$ 708, equivalente a emissão de 708.454 novas ações ordinárias, para se adequar as adições de atividades ao objetivo social da instituição.

A constituição da Sociedade e o aumento de capital foram aprovados pelo Banco Central do Brasil em 28 de dezembro de 2020, no total de R\$ 2.008, perfazendo 2.008.454 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 16 de julho de 2021 foi deliberado pelos acionistas aprovar o aumento de capital social no valor de R\$ 7.200, com a emissão de 7.200.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, passando o capital de R\$ 2.008 para R\$ 9.208, divididos em 9.208.454 ações ordinárias. O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 10 de agosto de 2021.

Em 27 de outubro de 2021 foi deliberado pelos acionistas aprovar o aumento de capital social no valor de R\$ 2.661, com a emissão de 2.660.070 novas ações ordinárias sem valor nominal, passando o capital de R\$ 9.208 para R\$ 11.869, divididos em 11.868.524 ações ordinárias. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 16 de novembro de 2021.

b. Destinações do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício social terá o direito determinado pelos diretores ad referendum da assembleia geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2021 não houve destinação de lucros.

8. Despesas de pessoal

	2º semestre dez/2021	31/12/2021
Despesas com alimentação	99	99
Assistência médica e odontológica	234	234
Outros benefícios	2	2
Despesas com FGTS	243	243
Despesas com INSS	777	777
Despesas com salário	2.412	2.412

Despesas com férias	67	67
Despesas com 13º salário	194	194
Despesas com provisão de férias	192	192
Despesas com aviso prévio	51	51
Despesas de remuneração de estagiários	12	12
Total	4.283	4.283

9. Outras despesas administrativas

	2º semestre dez/2021	31/12/2021
Despesas com aluguéis	97	97
Processamento de dados	1.440	1.470
Despesas de promoções e relações	208	208
Despesas de propaganda e publicidade	30	30
Serviços do sistema financeiro	172	172
Serviços técnicos especializados	777	830
Outras despesas administrativas	73	73
Despesas com amortizações	114	114
Total	2.911	2.994

10. Despesas tributárias

	2º semestre dez/2021	31/12/2021
IOF	40	48
TFE	-	3
PIS	1	2
COFINS	5	8
Total	46	61

11. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

As Sociedades de Crédito Direto – SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de

Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade.

De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

a. Riscos de mercado e liquidez

O risco de mercado está associado a perdas decorrentes de alterações nos preços de instrumentos em posse da instituição em consequência de flutuações de mercado. Por sua vez, o risco de liquidez está relacionado à possibilidade da instituição em não ter liquidez necessária para honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias.

Para o gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado, a N26 possui o Comitê de Tesouraria. Entre as responsabilidades deste comitê, que se reúne periodicamente, estão: apreciação do cenário econômico e do contexto do negócio, com avaliação das previsões financeiras e de caixa, fontes de financiamento e riscos identificados; avaliação retrospectiva e prospectiva dos indicadores econômico-financeiros; e deliberação sobre medidas que podem ser tomadas com o objetivo de mitigar os riscos, entre outros.

b. Risco de crédito

O risco de crédito pode ser entendido como a possibilidade perdas associadas: ao não cumprimento, por uma contraparte, de obrigações pactuadas; à deterioração da qualidade creditícia da contraparte; e à custos de recuperação incorridos na reestruturação ou recuperação de ativos problemáticos.

A N26 conta com estrutura adequada para gerenciamento do risco de crédito, que contempla processos que possibilitam:

- Avaliar a capacidade de pagamento do credor, através de modelos que incorporam informações do cliente e de mercado,
- A completa formalização da operação, incluindo a classificação de risco de crédito em categorias e critérios consistentes e passíveis de verificação e seu devido provisionamento,
- O acompanhamento do crédito, com detecção de possíveis indícios de deterioração da qualidade creditícia da contraparte e testes de estresse, e
- A baixa completa da operação junto aos controles internos e externos e reabertura do limite de crédito do cliente.

c. Risco Operacional

O risco operacional pode ser definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui nesta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão

de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Para o gerenciamento do risco operacional, há na N26 unidade de negócio responsável pelo levantamento e apontamento dos riscos operacionais do negócio, além de avaliar e testar a eficácia dos controles internos e dos planos de continuidade de negócios, que inclui a infraestrutura de TI. Possui, também, comitê dedicado à avaliação dos critérios de seleção e suas justificativas para a contratação de serviços terceirizados e o risco associados à estas organizações.

d. Requerimentos mínimos de capital e limites operacionais

A N26 realiza periodicamente a apuração e acompanhamento dos requerimentos mínimos de capital e limites operacionais pela metodologia simplificada em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.606/17, em que são estabelecidos os percentuais mínimos para relação entre o Patrimônio de Referência Simplificado e o Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco na Forma Simplificada para as instituições no qual a sociedade se enquadra: (i) 15,0% para período de 01/05/2020 a 30/04/2021; (ii) 15,5% para período de 01/05/2021 a 31/10/2021; 16,25% para período de 01/11/2021 a 30/04/2022; e 17,0% para período posterior.

	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	2.863
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	498
Risco operacional	453
Risco de crédito	45
Risco em exposição à ouro, moeda estrangeira e variação cambial	-
Patrimônio de Referência Mínimo requerido	81
Margem do Patrimônio de Referência	2.782
Apuração do Requerimento	3.543,57%

12. Partes Relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a sociedade apresentava transações com partes relacionadas no montante de R\$ 9, referente a impostos na integralização de capital, contabilizados no Passivo Circulante – Credores Diversos País.

Também no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade apresenta transações com Administradores e familiares diretos no montante de R\$ 5, referente a outros depósitos, contabilizados no Passivo Circulante – Depósitos.

Em 24 de agosto de 2021 a sociedade adquiriu um intangível junto a N26 Tecnologia e Soluções de Pagamento Ltda no montante de R\$ 1.077, classificado na conta de aplicativo mobile conta digital.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve remuneração ao pessoal chave da administração no montante de R\$ 461 e R\$ 142 de encargos, considerados benefícios de curto prazo.

13. Outros assuntos

Efeitos Coronavírus

A Administração da Sociedade tem acompanhado atentamente os impactos provenientes da pandemia ocasionada pelo coronavírus (Covid-19) na economia mundial, e em especial, no mercado brasileiro em relação às medidas econômicas restritivas impostas pelo governo para conter a propagação exponencial do vírus entre a população.

Dentro deste contexto, considerando os riscos e incertezas aos quais a Sociedade está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactá-la. Todavia, diante dessas circunstâncias, não foram observados impactos relevantes em suas operações que justificassem a necessidade de mensuração em estimativas contábeis, tampouco que caracterizassem riscos à continuidade dos negócios.

14. Eventos subsequentes

a. Aumento de capital

Em assembleia geral extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital de capital da Sociedade no valor de R\$ 38.762 ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, com a conseqüente emissão de 38.762.400 novas ações ordinárias sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 27 de janeiro de 2022.

b. Início das operações de cartão de crédito

Em janeiro de 2022 a N26 iniciou a operação de liberação de limite de crédito e a emissão de cartão de crédito para uma base selecionada de clientes pré-aprovados para a utilização em compras e saques. Esse novo produto complementa os serviços já disponibilizados para estes clientes, que incluem a utilização da conta de pagamento pré-paga para a liquidação de boletos, utilização de cartão pré-pago para compras e saques, e funcionalidades para controle dos recursos.

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador
CRC 1SP110330/O-6